

Fontes primárias, acervos literários e os rastros da história

Karina Ribeiro Batista

Mestre em Letras pela PUCRS. Doutoranda em Letras pela PUCRS. E-mail: kribeiro@cpovo.net

Resumo

Este artigo discute o “lugar” da pesquisa arquivística dentro da Nova História, dando especial atenção aos acervos literários, os quais representam uma mudança, em seu aspecto formal, com relação aos arquivos institucionais. Discute também os interesses e atitudes do pesquisador contemporâneo, que demonstra uma preocupação com todas as esferas da atividade humana, e o caráter interdisciplinar que resulta de tal posicionamento.

Palavras-chave: Nova História, literatura, arquivos.

Abstract

This article argues the “place” of the archival research inside of New History, giving special attention to the literary assemblages, which represent a change, in its formal aspect, with relation to the institutional archives. It also argues the interests and attitudes of the contemporary researcher, who demonstrates a concern with all the spheres of the human activity, and the interdisciplinary character, that result of such positioning.

Keywords: New History, literature, archives.

A interdisciplinaridade e o relativismo cultural, que permeiam a Nova História, justificam o fato de o trato com as fontes, e até sua definição, constituírem o maior problema enfrentado pelos novos historiadores, tendo em vista que a preocupação com uma maior variedade de atividades humanas resulta na tarefa de analisar uma maior diversidade de evidências.

Se, de acordo com o paradigma tradicional, a história deveria se basear apenas em documentos oficiais, “emanados do governo e preservados em arquivos”, agora essa espécie de documentação é

posta em xeque, e a denúncia de suas limitações – os documentos oficiais, em geral, expressam o ponto de vista do poder constituído – alarga consideravelmente o conceito de fonte. Os historiadores passam, então, a buscar outros tipos de dados, que suplementem os documentos oficiais. Dessa forma, fontes orais, visuais e estatísticas, além de novas formas de abordagem dos antigos documentos, passam a compor as novas histórias. Contudo, deve ficar claro que tais fontes registram problemas tão embaraçosos quanto os documentos oficiais (cf. BURKE, 1992).

Paul Ricoeur, ao refletir sobre a dilatação do conceito de fonte, afirma que, “a caça ao documento não cessou de anexar zonas de informação cada vez mais distantes da espécie de documentos conservados em função de sua suposta utilidade” (RICOEUR, 1997, p.68). Dessa perspectiva, todas as fontes que, a partir de um determinado número de questões, auxiliam a pesquisa do historiador são consideradas documentos. Qualquer rastro do passado pode deixar de ser apenas um indício e se tornar um documento para o historiador, desde que ele saiba interrogar seus vestígios e questioná-los, orientado pela temática de sua pesquisa.

Para Paul Veyne, o problema da história está justamente no fato de ver tudo através da ótica das fontes: “o conhecimento histórico é o que fazem dele as fontes” (VEYNE, 1971, p.251). A seu ver, em vez de confiar no dado, a história deveria refletir sobre as estruturas, e deixar de lado sua inclinação a explicar tudo de que fala. Ao historiador, conseqüentemente, cabe lutar contra a tendência de considerar que tudo é evidente. Só assim ele poderá discernir entre as questões sobre as quais deve se debruçar e aquelas que devem ser descartadas, “pois a dificuldade da historiografia é menos de encontrar respostas do que

encontrar questões” (VEYNE, 1971, p.252).

Mesmo que a existência do documento dê ao historiador a possibilidade de encontrar uma resposta à sua pergunta, só isso não é suficiente. É necessário que ele se impregne, em contato com os documentos, da “aura”, do “espírito do tempo”. Só assim ele poderá reelaborar os acontecimentos a partir de uma atividade racional, dado que a “racionalização traduz-se por uma conceptualização do mundo vivido, por um prolongamento da tópic” (VEYNE, 1971, p.253).

Essa reserva com relação às fontes e, por extensão, aos arquivos é abordada por Marília Rother no artigo “Reciclando o lixo literário: os arquivos de escritores”. Segundo a autora, é necessário que, ao trabalhar com arquivos, o pesquisador tenha consciência da estrutura lacunar do aparelho: “o arquivo não guarda a verdade, nem muito menos sua origem” (ROTHIER, 2001, p.71).

A preocupação da autora inscreve-se no campo teórico de discussão sobre a natureza autoritária dos arquivos, levantada pelo ensaio de Derrida, *Mal de Arquivo*. Contudo, os pesquisadores não são mais tão ingênuos e o direcionamento das discussões atuais têm-lhes apontado caminhos que não levam ao documento como representação fiel da verdade. Se há arquivos que ainda organizam seus documentos de maneira hierárquica, em séries segundo as quais alguns documentos são privilegiados em detrimento de outros, o papel do estudioso de fontes é descentrar as séries mais acatadas e promover as periféricas, lidando com tais dicotomias numa visão relacional.

Ricoeur, embora não entre na questão do caráter institucional dos arquivos, não deixa de enfatizar que o “caráter ideológico da discriminação que preside a operação aparentemente inocente da conservação dos documentos e que revela a finalidade confessa dessa operação” (RICOEUR, 1977, p.197) é um problema que o pesquisador das fontes tem de enfrentar.

O historiador contemporâneo não mais acredita numa história que dê conta da explicação da totalidade do passado. Sabe que constrói um discurso sobre outro discurso. Como lembra Furet, ele já não tem pretensão de contar o que passou, “está consciente de que escolhe do passado, aquilo de que fala e, assim fazendo, coloca, a esse passado, questões seletivas” (FURET, s.d, p.84).

Assim, quem inventa as fontes é o próprio historiador, que, ao definir o seu objeto de estudo, procura achar os materiais pertinentes, organizando-os e tornando-os comparáveis e, portanto, permutáveis, de forma que seja possível descrever e interpretar um determinado fenômeno a partir de um certo número

de hipóteses conceituais.

É certo, pois, que, ao deparar-se com o fato das fontes serem, por vezes, lacunares, parciais ou até inexistentes, o historiador, para responder às questões que se coloca, pode, na maioria dos casos, contornar o obstáculo com um tratamento prévio desses dados, o que lhe permitirá uma utilização em segundo grau.

Esse problema lacunar pode ser resolvido, segundo Furet, de três maneiras, as quais constituem uma substituição de evidências históricas, a partir de sua construção serial: a primeira se dá através da utilização direta dos dados; a segunda, a partir do uso desses dados de modo substitutivo para responder a questões diferentes daquelas que nortearam seu agrupamento inicial; por fim, a terceira se efetiva através do recurso a fontes não-numéricas de modo serial.

Esse arranjo arquitetônico, que constitui o trabalho do historiador, é, conforme Certeau, o gesto fundador do trabalho da história, tendo em vista que “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2002, p.81). Assim como Furet, Certeau acredita que as fontes constituem um pano de fundo a dissolver-se numa forma; cabe ao historiador compor esses materiais de modo a satisfazer suas necessidades.

Tal operação consiste, pois, na desfiguração das coisas para configurá-las como peças que preenchem as lacunas de um conjunto, posto *a priori*. O historiador não mais aceita os dados, ele os constitui. Ações combinadas criam o material, recortando-o do universo do uso, procurando-o também fora desse universo, e destinando-o a um emprego coerente. Essa ruptura não se efetiva senão a partir de uma operação técnica: “um trabalho é ‘científico’ quando opera uma redistribuição do espaço” (CERTEAU, 2002, p.83).

Maria Eunice Moreira, apoiada nas idéias de Certeau, afirma que:

[...] ao copiar, transformar ou interferir nesses objetos que ocupam um determinado lugar no círculo cultural, ele [o historiador] muda o lugar e o estatuto dessas peças. A história opera, portanto, não com a realidade, mas seu objeto de pesquisa constrói-se, na contemporaneidade, com dados já formalmente construídos. A esses conjuntos em que se articulam o dado e o criado, ou seja, a natureza e a cultura, desenvolve-se a tarefa do historiador. Por isso, transformando as matérias-primas (informação primária) em produtos elaborados (informação secundária), o historiador transporta-os de uma região da cultura (os arquivos, as coleções, os bancos de dados) para outra região mais vasta – a história (MOREIRA, 2004, p.4).

É importante ressaltar que a passagem referida por Moreira – de uma determinada região da cultura para outra mais vasta – adquire nos acervos um caráter

de transitoriedade, segundo o qual o criado, uma vez constituído, volta a ser dado. Em outras palavras, o resultado da pesquisa sobre determinadas fontes torna-se, ele mesmo, uma fonte em potencial para futuros pesquisadores, dado que tal estudo passa a ocupar um lugar, que não é fixo, no corpo do acervo.

Cada prática histórica, afirma Certeau, só estabelece seu lugar graças ao aparelho. Este é, por sua vez, a condição, o meio e o resultado de um deslocamento. Bibliotecas, arquivos e, contemporaneamente, o computador representam os aparelhos referidos pelo teórico francês.

Os arquivos institucionais, que antes determinavam as operações adequadas a um sistema de pesquisa, devem ser modificados, conforme o autor, em seu aspecto formal, pois só assim poderão ser encontradas respostas novas para questões diferentes. Surge então a intervenção do computador como sintoma da transformação do pensamento “arquivístico”, a qual constitui o ponto de partida para uma história nova. A utilização do computador, entre outros aparelhos atuais, possibilita o “agrupamento” de fontes heterogêneas, as quais não são selecionadas nem “arrumadas” hierarquicamente, mas aceitas em sua diversidade.

Os acervos literários concretizam tal mudança. Segundo Maria da Glória Bordini, o estatuto dos acervos “se diferencia daquele dos arquivos tradicionais por não seguir uma sistematização biblioteconômica mas prever uma catalogação informatizada e uma classificação voltada para a investigação literária propriamente dita” (BORDINI, 2004, p.1). Dessa forma, a diversidade documental é preservada, possibilitando ao pesquisador, como dizia Certeau, encontrar respostas novas para perguntas diferentes.

Esse descentramento que caracteriza a historiografia contemporânea, com seus bancos de dados e seu processamento informático, não abala, contudo, a função que o documento tem de informar sobre o passado, ou seja, sua autoridade como instrumento de ampliação da memória coletiva, pois,

[...] o uso científico dos dados armazenados e processados pelo computador dá, certamente, origem a uma atividade científica de um novo gênero. Mas esta constitui apenas um amplo desvio metodológico destinado a ampliar a memória coletiva, em oposição ao monopólio exercido sobre a palavra pelos poderosos e pelos letrados (RICOEUR, 1997, p.199-200).

Dessa forma, a utilização de bancos de dados na constituição dos acervos promove a desconstrução de um modelo hierárquico de organização dos dados, ou seja, uma “democratização” das fontes. No catálogo informatizado, as classes – forma de agrupamento das fontes – abarcam toda variedade de documentos, desde um bilhete recebido pelo escritor até os originais

do seu mais aclamado romance. Essas fontes estão ali lado a lado, sendo sua posição, de destaque ou secundária, determinada pela temática que orienta o olhar do pesquisador.

Renato Cordeiro Gomes, no ensaio “Acervos literários: implicações sobre a teoria e o ensino da literatura ou: a sedução do arquivo”, destaca a atração que emana dos arquivos e envolve o pesquisador contemporâneo. O autor, através de um deslocamento semântico do título da coletânea de ensaios de Andréas Huyssen, *Seduzidos pela memória*, aponta para a sedução dos “acervos/arquivos, que passam também a fazer parte da agenda do milênio para os estudos de literatura, eles também atingidos pela emergência da memória” (GOMES, 2001, p.95).

A sedução do arquivo está, portanto, intimamente ligada ao papel central que a memória vem ocupando nos estudos contemporâneos, em oposição às primeiras décadas do século XX, que eram caracterizadas pela necessidade constante de apagar o passado em nome das vanguardas, da busca incessante do novo. É nesse quadro que as considerações sobre a temporalidade se tornam fundamentais para a compreensão do papel que os acervos vêm assumindo na pesquisa historiográfica.

As histórias da literatura tradicionais eram permeadas pela concepção de tempo da filosofia hegeliana. Sua preocupação era mostrar como os acontecimentos articulavam-se numa lógica evolutiva que privilegiava o acontecimento presente em detrimento do acontecimento passado, pois este era considerado inferior. O presente, por sua vez, não era nada mais nada menos do que um estágio preparatório para o futuro, que, conseqüentemente, era superior aos outros dois.

Tal concepção do tempo ajusta-se à idéia de texto final, ou seja, do texto literário como produto último de uma série de estágios anteriores que, por representarem o “passado” da obra, são considerados inferiores. Essa idéia de estágios evolutivos, que adquirem maior valor conforme vão se aproximando mais da obra final, não existe em um acervo. E é justamente a forma como o acervo é organizado que vem de encontro a essa concepção:

[...] a organização e a ativação produtiva dos acervos literários vêm pôr em xeque tais concepções. A ativação do arquivo e sua sedução requerem o desvio/deslocamento da abordagem tradicional da literatura. O arquivo não é o guardião de uma verdade inscrita na origem; ao embaralhar suas fichas, o arquivista não deve ter o propósito de confirmar as fontes como o lugar da origem do sentido do texto, nem de servir para confirmar o já dado, mas seu gesto fecundo vem abalar os sentidos canônicos, aqueles já estabelecidos pela história da literatura de

base hegeliana. [...] É possível inaugurar sempre novos começos, abrir pistas para suplementos e acréscimos (GOMES, 2001, p.96).

Contudo, essa maleabilidade dos acervos não os torna caóticos, como se poderia pensar, pois, “o prazer do acúmulo procurará insensivelmente a sistematização, com os documentos agrupados por ordens de sucessão temporal, devidamente identificados e fichados” (BORDINI, 2004, p.2). O que ocorre, portanto, é que no acervo esse sistema não é fechado, ele não promulga uma verdade e uma ordem últimas. As classes dialogam e um documento chama o outro sem que exista necessariamente uma relação direta ou hierárquica entre eles.

Foi a filosofia de Nietzsche que assumiu a tarefa de minar a prática de valorização dos estágios temporais dominante no mundo ocidental por longo período. O seu método genealógico, que contesta a essencialização da história e, portanto, o hegelianismo, relativiza a idéia de uma verdade única, passando a história a ser vista como uma teia de verdades, que se constróem em diversas épocas e sob diversos pontos de vista. Dessa perspectiva, a idéia de uma verdade última deixa de existir, assim como “a noção de uma origem mítica, já que o início desloca-se permanentemente, variando, às vezes, tão apenas em função do olhar do pesquisador” (ZILBERMAN, 2004, p.5).

A história assim vista, como um construto que resulta de uma interpretação, não pode ser apenas uma, mas será muitas, tantas quanto forem os historiadores que as escrevem. Dessa perspectiva, se não há uma só história, não é possível haver um só passado. Este será configurado de diversas formas e através dos mais variados discursos. Contudo, mesmo que esteja claro que “toda fonte adquire sua condição por meio de um ato significativo, o de quem a preserva para o futuro, tanto quanto o de quem a recupera para o presente” (BORDINI, 2004, p.3), ela não deixa de possuir um núcleo estável, que é garantido pela sua materialidade.

A pesquisa em nome das genealogias, lembra Regina Zilberman, implica “um processo descontínuo, segundo o qual não se formulam começos ou finais absolutos, nem situações auto-suficientes, como se bastassem a si mesmas” (ZILBERMAN, 2004, p.5). Esse caminho é buscado por alguns pesquisadores que têm como foco a discussão em torno da escrita de novas histórias da literatura, como é o caso de Ettore Finazzi-Agrò que, no ensaio “O tempo preocupado: para uma leitura genealógica das figuras literárias”, propõe a centralidade das figuras na escrita de histórias da

literatura, pois só assim se poderia escapar das amarras geográficas e temporais estáticas.

Outro olhar sobre a questão temporal, este relativo ao caminho percorrido pelo historiador, é retomado por Maria Eunice Moreira no ensaio “Fontes primárias e História da Literatura”. Apoiada na noção de rastro, de Paul Ricoeur, a autora sublinha que o trabalho de pesquisa, preservação, coleta e instituição a que se dedicam os pesquisadores “seduzidos” pelos arquivos somente adquire “um sentido ou esses registros atingem o seu fundo, quando se busca, no documento, como instrumento de uma memória coletiva, a significância ligada ao rastro” (MOREIRA, 2004, p.3).

Segundo Ricoeur, o rastro é “um novo conector entre as perspectivas sobre o tempo” (RICOEUR, 1997, p.196), sendo, portanto, um requisito para qualquer prática historiadora. A perspectiva do teórico francês, que não deixa de ser historicizante, propõe um caminho que, partindo da noção de arquivo, chega ao documento, e este leva, finalmente, à noção de rastro. O que o teórico faz, portanto, é seguir os passos do pesquisador.

Ricoeur adota a definição de arquivo encontrada na *Encyclopaedia Universalis*, que o descreve como o conjunto de documentos resultantes da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou moral (cf. RICOEUR, 1997, p.196). Segundo o autor, esse conjunto de documentos só pode ser coletado e conservado porque o passado deixou um rastro, que é “erigido por monumentos e documentos como testemunho do passado” (RICOEUR, 1997, p.200).

A noção de documento esteve calcada, durante muito tempo, na idéia de apoio ou garantia e não na noção de ensinamento, encontrada na etimologia da palavra. Tal configuração deu ao documento o estatuto de prova material, garantindo à história o poder de uma narrativa verdadeira, sustentada por provas irrefutáveis.

Dentro dessa perspectiva, no final do século XIX e início do século XX, período de predominância da história positivista, o documento era considerado superior ao monumento, já que portava a verdade. Segundo Ricoeur,

[...] o que tornava suspeito o monumento [...] era a sua finalidade ostentada, a comemoração de acontecimentos considerados pelos poderosos como dignos de serem integrados na memória coletiva. Em contrapartida, o documento, embora fosse coletado e não herdado diretamente do passado, parecia possuir uma objetividade que se opõe à intencionalidade do monumento, que é propriamente edificante. Os textos de arquivos eram, assim, considerados mais documentos do que monumentos (RICOEUR, 1997, p.199).

Hoje, essa idéia parece um tanto ingênua, pois é fato que por trás de todo documento existe um monumento. A intencionalidade, antes atribuída apenas

ao monumento, foi desmascarada nas organizações “arquivísticas”, que privilegiavam alguns documentos, considerados úteis para os seus propósitos, em detrimento de outros.

Tais considerações sobre as fontes documentais são necessárias para a compreensão do que significa o rastro, a saber, uma passagem, um vestígio, uma marca. Segundo o filósofo, da mesma forma que os homens do passado deixaram vestígios, os produtos de sua atividade deixaram uma marca. Nessa perspectiva, “ter passado por ali e ter posto uma marca se equivalem: a passagem diz melhor a dinâmica do rastro, a marcação diz melhor a sua estática” (RICOEUR, 1997, p.201). Essa estática, contudo, é móvel. É móvel porque pode ser deslocada para diversos lugares, por diversos pesquisadores.

A necessidade de conservação do rastro é fundamental para a recuperação do passado, ou melhor, para a construção de um determinado discurso histórico. É ele que orienta a pesquisa, a busca, a investigação. Resulta daí a idéia, defendida pelo filósofo, de que a história é um conhecimento por rastros, que apela para a *significância* de um passado, o qual é preservado em seus vestígios.

Não menos importante para a reflexão sobre a constituição dos acervos é a idéia de marcação, proposta por Ricoeur. A marca é o que permanece, o que sobrevive à passagem. Tal constatação sugere a idéia de um suporte mais duro, mais duradouro do que a atividade transitória dos homens. Dessa forma, foi porque eles “confiaram sua obra à pedra, ao osso, às tabuinhas de argila cozida, ao papiro, ao papel, à fita magnética, à memória do computador, que suas obras sobreviveram a seu trabalho” (RICOEUR, 1997, p.202).

Essas obras constituem, portanto, os rastros em torno e sobre os quais se constitui o discurso historiográfico. Segundo Moreira, “rastro, em história da literatura, são as fontes documentais, entendidas como todos os vestígios deixados por historiadores, críticos e escritores” (MOREIRA, 2004, p.6).

Ora, são justamente esses materiais, ou melhor, rastros, que compõem um acervo. Centralizado na figura do escritor – elemento que pode assumir uma posição central, mas pode ser deslocado: por seus leitores, por exemplo – o acervo abarca documentos de toda espécie, num agregar sempre contínuo, pois o arquivo não é, de forma alguma, uma realidade pronta e acabada. Ele está sempre em construção, seja pela

incorporação de um novo item, seja pelo trabalho do pesquisador, que, ao passar por ali, deixa suas pegadas.

Nesse sentido, o acervo está sempre conectado com a vida; por sua “travessia labiríntica” transcende a dimensão imanentista da obra, sua essencialidade, conectando-a com elementos exteriores ao texto, ou seja, objetos, outros textos, enfim, qualquer elemento, que, podendo ou não ser desconsiderado por algumas metodologias, garante no acervo o seu lugar de direito.

Esses textos, antes postos à margem, passam a configurar o corpo do acervo: rascunhos, esboços de personagens, resumos de capítulos, manuscritos de livros, cartas, anotações pessoais, papéis domésticos, além de fotos, desenhos, objetos de uso pessoal, móveis, máquina de escrever, lembranças, obsessões de colecionador, etc. Toda essa variedade de materiais possui seu lugar em um acervo, mas não está presa a ele. Os materiais podem transitar pelas classes, deixando sua marca em dois ou mais lugares.

Os manuscritos da obra de um escritor, por exemplo, dialogam diretamente com os esboços e notas, proporcionando o mapeamento minucioso do seu processo criativo. À essas duas classes de documentos associa-se ainda a classe que corresponde aos materiais gráficos de autoria do escritor, a saber, as ilustrações. A aproximação desta é justificada pelo acréscimo de subsídios gráficos na explicação do processo criativo. Pesquisas de crítica genética buscam suas fontes, sobretudo, nesses três grupos de documentos, embora possam também comparar edições de uma obra, revista a *posteriori* da publicação pelo autor¹.

Mais significativas, contudo, para o trabalho que se inscreve em uma perspectiva histórica ou cultural, são as classes *Correspondência*, *Publicações na imprensa*, *Comprovantes de crítica*, *Comprovantes de edição e Vida*.

Ao abarcar toda a correspondência do escritor, enviada e recebida, bem como as cartas que fazem alguma referência a ele, a classe *Correspondência* fornece ao pesquisador um farto material biográfico, que auxilia tanto na construção de trajetórias quanto na pesquisa sobre a produção e recepção da obra do autor.

A classe *Publicações na imprensa*, que reúne artigos de jornal e exemplares de periódicos não-acadêmicos, sejam eles escritos pelo autor ou referentes a ele, proporciona dados para estudos sobre

¹ A organização do acervo adotada neste trabalho é a utilizada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. As informações referentes às classes de documentos foram retiradas do *Manual de organização do Acervo Literário de Erico Verissimo*, de Maria da Glória Bordini.

a vida e a obra do autor, bem como sobre a relação deste com o meio sociopolítico e cultural.

Já a classe denominada *Comproventes de crítica* comporta toda a crítica dirigida à obra do escritor. A partir da documentação desta classe, é possível reconstituir a fortuna crítica de cada uma das obras do autor e desenvolver estudos sobre a recepção dos seus textos e seus processos de canonização.

Os *Comproventes de edição* possibilitam a verificação da trajetória das obras do escritor. Dessa forma, é possível, através do diálogo com outras classes do acervo, examinar quais os fatores determinantes das sucessivas edições, estabelecendo os limites de sua permanência nos horizontes de leitura de uma ou mais sociedades.

A classe *Vida*, juntamente com as classes descritas anteriormente, constitui a base de uma pesquisa que se estrutura a partir de uma perspectiva histórica, abarcando tanto o intra quanto o extratextual. A prioridade dada a esses documentos – na pesquisa historiográfica e cultural – não significa que outras classes, tais como *Documentos audiovisuais*, *Biblioteca*, *História editorial*, não possam participar do diálogo e enriquecer o trabalho do pesquisador.

Com relação à proveniência das fontes, Maria da Glória Bordini sublinha que, na constituição dos acervos, é o acaso que determina a presença do documento:

[...] entregue às vicissitudes de seu dia-a-dia, o escritor guarda de seu trabalho criativo aquilo que lhe parece útil para o futuro ou lembra alguma passagem significativa de uma elaboração passada. Nem sempre suas escolhas quanto ao que será conservado lhe pertencem. Elementos estarão nas mãos de seus editores, outros nas de amigos ou parentes, pouco ou mais interessados em ficar com o material recebido. O critério de significatividade poderá ser tão subjetivo e inconsciente que um observador externo não o alcançará e descartará o item (BORDINI, 2004, p.1-2).

Resulta daí a idéia de que a coleção de um acervo vive em constante processo. Documentos muitas vezes negligenciados durante um longo período de tempo caem, de uma hora para outra, nas mãos de algum *amateur* que, reconhecendo o valor do documento, o entrega ao acervo. Esse documento, seja ele uma carta encontrada depois de muitos anos dentro de um livro ou um guardanapo de papel rabiscado pelo escritor, promove uma reconfiguração do sistema no qual é inserido. A partir da inserção desse novo documento, uma imensa variedade de novas relações passa a existir.

Encontra-se no espaço dos acervos, uma diversidade de materiais dispostos de tal forma, que possibilitam, a partir de múltiplas aproximações, a aborda-

gem das fontes sob vários aspectos, sobretudo aqueles não previstos pelo modelo tradicional de arquivo. Esse espaço de pesquisa promove ainda o entrelaçamento daquelas duas disciplinas que, no século passado, nem sempre andaram juntas: Teoria da Literatura e História da Literatura. O estudo do texto literário deve, a partir da associação dessas duas disciplinas, ser desenvolvido tanto numa perspectiva textual quanto numa perspectiva extratextual.

Referências bibliográficas

- BORDINI, Maria da Glória. Acervos literários e descentramento. Disponível na Internet: <www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/gt> Acesso em: maio 2004.
- BORDINI, Maria da Glória. Acervos literários e História da Literatura. Disponível na Internet: <www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/gt> Acesso em: maio 2004.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história seu passado e seu futuro. In: _____. (Org.) **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 7-37.
- CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 65-107.
- FURET, François. O quantitativo em história. In: _____. **A oficina da história**. Lisboa: Gradiva, s.d. p. 59-79.
- FURET, François. Da história narrativa à história-problema. In: _____. **A oficina da história**. Lisboa: Gradiva, s.d. p. 81-98.
- GOMES, Renato Cordeiro. Acervos literários: implicações sobre a teoria e o ensino da literatura ou: a sedução do arquivo. In: **Anais do 5º Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros**, 2001, Porto Alegre: PUCRS, 2002, p.95-105.
- MOREIRA, Maria Eunice. Fontes primárias e história da literatura. Disponível na Internet: <www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/gt> Acesso em: maio 2004.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997. v. 3, p.169-216.
- ROTHIER, Marília. **Reciclando o lixo literário**: os arquivos de escritores. Palavra 7. Rio de Janeiro, 2001. p. 68-75.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Ed. 70. p. 251-253.
- ZILBERMAN, Regina. Fontes primárias e História da Literatura. Disponível na Internet: <www.pucrs.br/letras/pos/historiadaliteratura/gt> Acesso em: maio 2004.